



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 10

Sessão Ordinária de Abril

1.ª Reunião de 28-04-2006

Aos vinte e oito dias do mês de Abril de dois mil e seis, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pela Presidente da Assembleia Municipal Regina Maria Pinto da Fonseca Ramos Bastos, secretariada pelo Primeiro Secretário Celso Augusto Batista dos Santos e pelo Segundo Secretário Manuel José Prior Pedreira Neves, e com a presença dos seguintes Vogais Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, João Evangelista Rocha de Almeida, Paulo Jorge Lopes Anes, Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro, Sérgio Filipe Pires Loureiro, Álea Gilda Salgueiro Morgado Teixeira, Fernando José Florentino Marques, Paulo Jorge Barreto Marques Maia, Firmino Marques Ferreira, Victor Manuel da Silva Martins, António Mário da Fonseca Neto, Casimiro Simões Calafate, Fernando Tavares Marques, Telmo Santos Coutinho, Sesnando Alves dos Reis, José António Tavares Vieira, Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, Maria Teresa Fidélis da Silva, Raúl Ventura Martins, Pedro Machado Pires da Rosa, Ana Maria Pinho de Seiça Neves Ferreira, João António Fernandes Pedroso, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, João Alberto Simões Barbosa, António Ildebrando Nunes Costeira, Manuel Vieira dos Santos, Maria Romana Alves Macedo Fragateiro da Cunha, Jorge Manuel do Nascimento, António Manuel Carvalho Serra Granjeira, Miguel Alexandre de Oliveira Soares e Fernandes, Carlos Eduardo Maria Martins, Carlos Mário de Magalhães Anileiro, Telmo Vieira Martins, Arsélio Almeida Martins e António Manuel de Pinho Regala.

Pelas 21:00 horas a Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência dos seguintes Vogais:

José da Cruz Costa, Mário Manuel Borges Pereira Pinto e Rui Alexandre Guerra de Miranda Macedo.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente Élio Manuel Delgado da Maia, o Vice-presidente Carlos Manuel da Silva Santos e os Vereadores Luís Miguel Capão Filipe, Pedro Nuno Tavares de Matos Ferreira, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Marília Fernanda Correia Martins (saiu às 23:30 hrs) e Nuno Manuel Marques Pereira.

Ainda, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, a Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião dos vogais João Carlos Martins Valente, Orlando Eduardo Silva Terra Sêca e António Santos Costa pelos sucedâneos na lista de candidatura, Sérgio Filipe Pires Loureiro, Mário Manuel Borges Pereira Pinto e Jorge Manuel do Nascimento, respectivamente.

Também, e nos termos da legislação em vigor, a Presidente da Mesa informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, Armando Manuel Dinis Vieira, Luís Claro de Jesus e Manuel Arede de Jesus, se fizeram substituir nesta reunião, por Firmino Marques Ferreira, Telmo Santos Coutinho e Telmo Vieira Martins, respectivamente.

Foram efectuados os reconhecimentos de poderes.

Continuando, a Presidente da Mesa deu nota da correspondência recebida, informando os Srs. Deputados que a mesma se encontra disponível para consulta no Gabinete de Apoio da Assembleia Municipal.

A seguir a Presidente da Mesa leu a “Ordem do Dia” constante da convocatória para esta Sessão Ordinária de Abril, cujos pontos se transcrevem:

Ponto 1. – Comunicação Escrita do Presidente da Câmara Municipal;

Ponto 2. – Câmara Municipal de Aveiro – Relatório de Gestão, Prestação de Contas e Balanço Social de 2005;

Ponto 3. – Serviços Municipalizados de Aveiro – Relatório de Gestão e Contas de 2005;

Ponto 4. – Revisão Orçamental;

Ponto 5. – Plano de Urbanização do programa Polis de Aveiro – acordo com a empresa Bóia & Irmão, S.A.;

Ponto 6. – Regulamento de Venda Ambulante do Município de Aveiro - alteração;

Ponto 7. – Síntese da actividade da Assembleia Municipal de Aveiro em 2005 (até final do mandato);

Ponto 8. – Uma via turística marginal à Ria, ligando Aveiro e Ílhavo.

Continuando colocou à apreciação e votação do plenário as actas das reuniões anteriores nos termos que se seguem:

Acta n.º 06 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria de trinta e seis votos a favor, duas abstenções e zero votos contra.

Acta n.º 07 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria de trinta e seis votos a favor, duas abstenções e zero votos contra.

Acta n.º 08 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria de trinta e cinco votos a favor, três abstenções e zero votos contra.

Acta n.º 09 - Colocada à discussão, verificou-se a seguinte intervenção:

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)

“Eu gostaria de me pronunciar sobre esta acta, uma vez que tudo o que se passa nesta Assembleia, é obvio que fica gravado, - há o registo sonoro; mas algumas intervenções, nas mais importantes, as que reflectem aquilo que de mais importante se passa nesta Assembleia, é traduzido a escrito, ou seja, por iniciativa dos oradores, seja porque alguns pontos são importantes (algumas intervenções são importantes), para ficarem com registo escrito.

A importância é relativa, mas esta acta mostra aquilo que de muito mau se pode passar nesta Assembleia, que é quando se fazem afirmações sem fundamento, que põem em causa o bom nome das pessoas, e que muitas vezes são essas inverdades que passam lá para fora.

Felizmente que existem estas actas, felizmente que esta acta existe, felizmente que esta acta mostra, que não ouve por minha parte nenhum menosprezo a condecorações que o Dr. Jorge Sampaio tivesse feito, seja à cidade de Aveiro, seja qualquer outra agraciação feita por ele; e de maneira nenhuma foi afirmado por mim, como se constou e como alguns jornalistas

fizeram passar, para os seus jornais, que eu alguma vez tivesse dito, que tinha havido condecorações para todo o cão e para todo o gato.

E já agora queria também que constasse, que ao contrário de alguns meus colegas, que nesta Assembleia Municipal, que com toda a honra eu fiz parte desta bancada com eles e eles eram professores catedráticos, eu não sou, e também não é o facto de se repetir várias vezes que eu sou professor catedrático, que o passarei a ser.

Por isso, seria uma questão que gostaria que para a próxima vez não fosse repetida.”

Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria de trinta e seis votos a favor, duas abstenções e zero votos contra.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Inscreveu-se para usar da palavra o munícipe:

Fernando Simões Moura, que teceu algumas considerações sobre a construção da Pista de Remo do Rio Novo do Príncipe, em Cacia, e conseqüentemente, chamou à atenção para a defesa da orla marítima.

Não se verificando mais intervenções, usou da palavra o Presidente da Câmara Municipal, para os esclarecimentos atinentes.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara

“Sr. Fernando Moura, saúdo-o e agradeço-lhe esta participação.

No fundo elencou aqui um conjunto de situações que nos preocupa a todos - em relação a este projecto da Pista de Remo.

Nós iremos, certamente, no decorrer da Assembleia, abordar essa questão com mais profundidade, de qualquer forma penso que traduziu bem ao dar esta tripla dimensão a este projecto. A dimensão económica, essencial para aproveitar todo aquele Baixo-Vouga lagunar; dimensão ambiental, - ficamos ali com um diamante que importa preservar; e penso que dimensão desportiva, que penso que traduziu isso.

Acredito que o poder dos homens está neste momento nas mãos destas pessoas que aqui estão e irão ser capazes de rentabilizar aquele projecto e o Baixo-Vouga lagunar.”

Membros da Assembleia

Vogal Carlos Candal (PS)

“Naturalmente gostei da intervenção do Sr. Fernando Simões Moura, pelo tema — não vou ater-me propriamente ao conteúdo. É um texto bem escrito, embora algo pretensioso e com passagens equívocas. Não percebi bem aquela coisa, “- se as eleições tivessem sido depois de amanhã e não anteontem” — mas não interessa nada, porque o que é importante é a parte substantiva.

É tão importante que provavelmente vamos debatê-la durante os nossos trabalhos, provavelmente a propósito da Comunicação do Presidente ou a outro pretexto.

De momento, apenas queria dizer o seguinte: está a reduzir-se o tema e a preocupação e a relevância do assunto, quando se fala na Pista de Remo do Rio Novo do Príncipe. É decisivo! Porque aquilo não se chama, nem nunca foi uma Pista de Remo do Rio do Novo do príncipe. O que acontece é que fizeram-se ali regatas com muita beleza, de grande sucesso e as comunidades aveirense e caciense, passaram a reclamar para ali uma pista de remo.

Aquilo chama-se (é um canal artificial), o chamado “Rio Novo do príncipe”. E é assim que tem de se chamar. Porque se se fala na pista de remo, esquece-se que também pode ser uma magnífica pista de canoagem e uma magnífica pista de outras modalidades aquáticas. E esquece-se sobretudo que essa obra deve ter, e tem que ter, uma perspectiva agrícola de defesa do salgamento de todos aqueles terrenos do Baixo-Vouga.

Quanto à subida das águas do mar e quanto aos perigos do avanço do mar, as obras que se preconizam para o local podem ajudar, mas o problema de Aveiro, à beira-mar, é um problema bem mais grave! E eu há vários anos que sublinho isso. Porque o nível das águas do mar vai subir - a última vez que comecei a falar disso eram oitenta centímetros em cem anos; agora fala-se numa subida inferior - por isso, nem sei em qual unidade deva acreditar, mas oitenta centímetros em cem anos, são cinquenta centímetros em cinquenta anos, são vinte e cinco centímetros em vinte e cinco anos. Isso é muito preocupante! Deve ser muito preocupante e não vejo ninguém preocupado; essa é que é a verdade!?

Sobre a apatia e a ineficácia. O Sr. Presidente da Câmara desculpar-me-á, mas tem que haver um envolvimento de toda a comunidade aveirense na defesa das obras do Rio Novo do Príncipe, que têm que ser efectuadas nem que seja por subscrição pública. E falando depressa e bem: o que acontece, desculpar-me-ão, não quero melindrar ninguém, o que acontece é que o elenco da Câmara não tem peso político.

O problema do avanço das águas do mar em Aveiro tem sido aqui sublinhado muitas vezes. Esta Câmara ainda não teve tempo para fazer nada sobre essa matéria; a outra Câmara pouco ou nada fez — que eu tenha dado por isso.

Mas o tema do canal do Rio Novo do Príncipe será então abordado mais adiante, com mais largueza.”

Vogal António Granjeia (CDS/PP)

“E eu gostava de começar exactamente por isso: “esta Câmara não teve tempo e a outra nada fez”. Não fui eu que disse. Politicamente esta é a realidade, o peso político que agora o senhor diz que a gente não tem, não teve a anterior Câmara com o Governo Socialista que aprovou um protocolo para o Rio Novo do Príncipe, que não cumpriu!? Portanto, não teve peso quando o Governo era da mesma cor e a Câmara também. Portanto essa parte do peso vamos passar à frente porque é obvio que não tiveram peso.

A questão (para mim), o Sr. Fernando Simões Moura colocou-a correctamente e eu acrescentava mais um ou dois pontos. E este tema para mim é muito caro por outras razões, por razões sentimentais que me unem a este tema — e gostaria de dizer: a pista de remo é um acidente do percurso.

Eu acho que o senhor presidente da câmara anterior tinha pensado bem, não consegui é fazer nada — mas pensou bem. Porque até arranjou um protocolo e pensou exactamente (e fez um bom trabalho de secretaria) mas depois aquilo não andou.

E é exactamente o problema agrícola que está em primeiro lugar (em minha opinião). Em segundo a defesa do avanço do mar - também se defende por aí. O terceiro que foi colocado nesse trabalho tem a ver com uma hipótese de ter ali uma bacia de reserva para incêndios. Portanto estas vertentes que foram muito bem consideradas nesse projecto deviam ser e é aí que nós temos que trabalhar — a pista de remo é um acidente.

Aquele canal tem, salvo erro, cento e cinquenta anos. É um canal artificial que foi feito - chama-se rio novo porque havia o rio velho (e há), mas de qualquer das maneiras esta é que é a importante realidade. É que a pista de remo é um complemento desportivo e é a coisa que talvez tenha menos importância de todas, embora para mim seja uma coisa muito relevante, mas para o resto do povo, para o povo de Cacia, para o povo de Aveiro, para a região de Aveiro é a coisa talvez menos importante, é um acidente de percurso que é útil e

que vamos pôr a funcionar, porque esta Câmara, contrariamente aquilo que possamos pensar, eu estou convencido, estou certo e estou seguro, que vai fazer a Pista de Remo.”

Vogal António Regala (PCP)

“Relativamente à intervenção do Sr. Fernando Simões Moura, que no geral apresenta correctamente toda a situação da perigosidade que nós vivemos no Baixo Vouga lagunar, que agregado a outras situações, tem a ver com outras questões, inclusivamente as que o Dr. Candal levantou do avanço do mar e da perigosidade que está na zona costeira, que vai desde Espinho (quase), até à Figueira (pelo menos até à Tocha) - há uma dúvida que aqui se levantou. Em todo o texto do Sr. Fernando Simões Moura e gostava que ele me esclarecesse isto: referia-se na defesa da zona lagunar da Ria à activação e construção dos muros das “marinhas” ou das “marinas”? “Marinhas”, era só isto. Este aspecto é extremamente importante e extremamente útil e necessário à própria defesa da Ria, porque toda a laguna se encontra neste momento com muros abalroados e porque as marinhas estão como toda a gente sabe... Sr. Fernando está a dizer que afinal são “marinas” ?, - então eu posso dizer o mesmo que estava a dizer, mas discordando de facto de que só as marinas é que são úteis à defesa da zona lagunar. Os muros das próprias marinhas e a existência desses muros, seriam muito úteis à defesa dos restos que ainda existem, das próprias marinas e à redução da força do caudal das águas da Ria.”

Vogal Arsélio Martins (BE)

“A posição do Bloco de Esquerda sobre a Pista de Remo do Rio Novo do Príncipe, é só para esclarecer. Primeiro que para nós é das questões mais importantes. Não é por causa do remo porque eu não remo coisa nenhuma, como devem imaginar, mas é porque este problema e os adiamentos sucessivos dele aliado a outros problemas como o da Barrinha de Esmoriz, aos problemas da Pateira de Fermentelos, aos problemas todos que há adiados, significam, expressamente, significam há muito tempo que nós (nós todos), não estamos a conseguir, apesar de aparentemente estarmos de acordo com várias coisas, não estamos a conseguir fazer coisas que são essenciais das quais depende a nossa vida.

O que nós podemos aqui dizer ao Sr. Fernando Simões Moura, a toda a gente e ao povo de Aveiro, é que os políticos se comprometem todos a olhar para isto de outra maneira, e a tentar ver se não adiam eternamente isto, porque até agora, um conjunto de fenómenos que se vêm verificando e ao mesmo tempo, o conjunto de negligencia, de adiamento político que há sobre uma grande parte das obras e essas sim, - grandes obras, que interessam a toda a gente, e toda a gente aparentemente estará de acordo que elas são necessárias, é uma coisa extremamente perigosa. É estranho! Toda a gente reconhece a necessidade e a importância disto, mas depois dá a impressão que na altura de as fazer, estamos todos a adiá-las.

O que nós podemos dizer todos, é que não aceitaremos adiamentos de obras que são fundamentais para a nossa vida, - e é verdade o que diz o Regala, - é tão importante uma boa parte daquilo, como por exemplo, aquilo que antigamente sustinha tudo, que resolvia os problemas da salubridade da Ria de Aveiro, os muros das marinhas, as paredes, o levantamento daqueles pequenos taludes, aquelas questões que estão levantadas que são quase naturais e que neste momento estão todas albaroadas. Uma boa parte dos nossos problemas estava a ser resolvido de uma exploração, porque havia trabalho nas marinhas.

O que nós dizemos é que é importante levantar todas as barreiras, fazer todos os possíveis por manter o ecossistema em funcionamento, manter a actividade humana sempre que possível ao nível desejável sem estragar aquilo, e fazer as obras essenciais para garantir que não vamos ser invadidos, e se formos, que sejamos bem afogados, que é o que nós merecemos.”

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD)

“Já é a segunda vez que o faço, levantar a questão do conjunto envolvente à construção da Pista de Remo.

O meu ilustre conterrâneo pôs os pontos nos i's em algumas questões, não foi tão profundo como eu vou procurar ser.

Ele disse: “que o que está a acontecer é culpa dos homens”. É culpa dos homens, os homens têm nome. E a gravidade da destruição do aspecto ambiental paisagístico e agrícola do Baixo-Vouga lagunar acentuou-se profundamente a partir do momento em que se extingue a JAPA (e se cria a APA) e não se cria um organismo que zele pela zona fora do Porto de Aveiro. Isto tem nome e têm que ser responsabilizados.

Ainda hoje o Baixo-Vouga lagunar não tem quem o defenda. Não tem quem zele por ele!

E portanto, quando se diz aqui: mas a água sobe!? Os nossos políticos onde é que estavam quando foi feito o estudo de impacto ambiental da limpeza dos canais da Ria, que o próprio estudo dizia que só por si esta acção aumentava em vinte centímetros a altura da água na laguna — que depois não foi vinte, foi pelo menos vinte e cinco. Onde estavam? Isso está quantificado.

Isto é previsível, e sempre que se faz uma intervenção no Porto de Aveiro, se não se fizer obras paralelas de defesa da zona, é evidente que isto se agrava. Quem conhece, ao longo dos últimos cinquenta anos, a evolução do Baixo Vouga lagunar, e nem só, podemos ir para a zona de Ovar também, mas concretamente no concelho de Aveiro, estas não intervenções, provocaram a destruição total agrícola, ambiental e paisagística de cento e setenta hectares na zona de Vilarinho, concelho de Aveiro, - nunca ninguém se preocupou com isto(!?) Falou-se agora aqui, que falta força política aos homens de Aveiro, não é porque eles não falem alto; se calhar é porque falam demais e fazemos de menos, - temos todos culpa.

Mas estamos perante um problema gravíssimo. Cacia, com estas não intervenções, foi só não penalizada pelos cento e setenta hectares da Ilha Nova, em Vilarinho, mas mais, a destruição de uma pérola que nós tínhamos no meio da Ria de Aveiro que se chama Ilha de Testada, hoje está afundada. E a culpa é nossa! É bom que nós aveirenses saibamos isto. A culpa é nossa!

Quem conhece os sapais da Ria de Aveiro sabe que estão a ficar completamente destruídos. Nós estamos a deixar de ter junco; porquê? Porque também apareceram por ai uns pseudo-ambientalistas a dizer que a acção do homem no sapal era prejudicial!

Às vezes interrogo-me: qual a vantagem (isto é um bocado provocante) de termos um Departamento de Ambiente na Universidade de Aveiro, se continuamos a ter esta zona a ser destruída ambientalmente?

O projecto da pista de remo, como já aqui foi dito, a parte desportiva é a parte menor. A parte maior é a defesa de toda esta zona. A parte desportiva é um pretexto para dizer a esta gente de Aveiro (de onde eu também sou), que não fizemos nada e temos a obrigação de fazer e defender uma zona, como já aqui foi dito “é um diamante”. Que nos estamos a deixar enterrar pela lama da Ria de Aveiro. E todos nós somos responsáveis por isso, mas há uns mais responsáveis do que outros.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)

“Eu também gostaria a propósito deste tema de tecer algumas considerações e uma vez que foram aqui trazidas por um munícipe, o Sr. Fernando Simões Moura, é sempre bom nós termos aqui alguns munícipes que podem dar as suas opiniões, podem partilhar connosco o que pensam e as sugestões que têm para estes assuntos, e provocando assim o debate entre nós, e realçando este assunto.

E o que é um facto, é que o assunto da Pista de Remo do Rio Novo do Príncipe é um assunto que interessa do ponto de vista de divulgação, do ponto de vista de comunicação social. São

temas que o cidadão anónimo que olha para estas coisas e que não está por dentro destes assuntos e aquilo que vai fixando, é que Aveiro quer construir uma pista de remo no Rio Novo do Príncipe. Um outro aspecto que também é importante e também é mediático, são as obras do Porto de Aveiro.

Tem vindo nos jornais nos últimos tempos, e por isso a maior parte de nós tem acompanhado estes assuntos, pelos jornais, porque não temos uma intervenção directa naquilo que se passa no Porto de Aveiro, que tem uma administração que é autónoma, mas vamo-nos apercebendo que as obras continuam, que é um porto em expansão, é um porto que parece que, - e acho bem que seja, um orgulho para todos nós, porque é um pólo de desenvolvimento económico. Só que, qualquer desenvolvimento económico tem os seus custos, e por isso, aquilo que tem que acontecer, é que quando olhamos para um desenvolvimento, temos que olhar para um desenvolvimento integrado, e se nós ficamos contentes por o Porto de Aveiro estar a aumentar, o volume de cargas e descargas, o seu volume de negócios, para isso tem feito obras, que de certa maneira têm tornado, irreversíveis alguns pontos mais sensíveis no ecossistema lagunar, um deles já foi aqui frisado que é a questão da amplitude das marés. É obvio que se se vai aumentar a profundidade dos leitos, por onde vão passar os navios para passarem navios de maior porte, de maior tonelagem, pois é natural que vai haver um maior fluxo de água, que numa maré cheia vai entrar e numa maré vazia vai vazar. E eu não estou a dizer que isto é bom ou mau, eu acho é que temos que constatar esta realidade, e por isso, se constatamos esta realidade, e se nós achamos e muito bem, que é um pólo de desenvolvimento que queremos, temos também então que olhar agora para o outro lado, e quero dizer com isto o quê? – Quero dizer com isto que há um conjunto de entidades que quanto a mim parecem afastadas do processo que não podem estar afastadas pelo processo e pelo contrário, devem todos ser parceiros no processo, porque quando se mexe numa parte do ecossistema, estamos a mexer também na outra parte do ecossistema, e com isto quero dizer que se estamos a fazer e se a Administração do Porto de Aveiro tem esta política de expansão, é natural que também haja uma política de protecção a todas as zonas, que podem ficar a ser ameaçadas, por este aumento de volume de água, e principalmente porque é água salgada; e é água salgada que está a entrar em todo o sistema, que aqui há uns tempos atrás, eram terrenos agrícolas, e eram terrenos agrícolas por aquilo que nós sabemos, extremamente fértil, pelo menos é isso que nos dizem os nossos agricultores. Os terrenos do Baixo-Vouga lagunar, os que estão neste momento a ser invadidos por águas salgadas, eram terrenos agrícolas férteis, não só do ponto de vista de culturas, como também do ponto de vista do próprio gado que pastoreia nessas terras.

E por isso, é importante que haja este género de intervenção. Eu acho que a questão foi posta correctamente, quando se diz a Pista de Remo do Rio Novo do Príncipe, não é mais do que eu pretexto mediático, para nós conseguirmos trazer um conjunto de entidades, para poderem financiar aquilo que cada um de nós, uns mais sensibilizados para uma parte, outros mais sensibilizados para outra parte, mas achamos que é fundamental, - que é defender toda esta zona, a começar pelo Porto de Aveiro, e indo para a vertente desportiva, continuando pela vertente agrícola; a própria subsistência da celulose – a fábrica de celulose em Aveiro, que emprega muita gente em Aveiro, só faz sentido se houver uma captação de água e por isso, também por isso, tem de ser um parceiro neste projecto, e o é!

É importante por isso, que todas estas entidades que intervêm de uma maneira ou de outra na ria tenham uma participação não só de benefícios, mas também de custos de uma concertação que tem que existir, e solidariedade (está-me aqui a dizer o Rocha Almeida), e eu subscrevo plenamente; tem que haver uma solidariedade entre todos estes parceiros.

E eu aqui queria lançar outro assunto, que é a questão da regularização do Rio Vouga, que também é um assunto que nós temos estado a deixar fugir e que não pode acontecer. Nós

não podemos continuar a ter a água doce do Rio Vouga, a continuar a desaguar na Ria de Aveiro e na água salgada. Nós temos uma captação que é o Carvoeiro, de onde nós bebemos a maior parte da nossa água, e estamos neste momento a não conseguir ter a força suficiente para podermos mostrar ao governo que é importantíssimo que nós possamos construir a Barragem de Ribeiradio, para podermos regularizar as águas do rio Vouga, para que possa haver uma captação de água para que a gestão dos recursos hídricos nesta nossa região, também seja uma realidade, e com isso também estamos a contribuir, para a pista de remo do Rio Novo do Príncipe.

Todos nós, cada um na sua área, somos poucos para em conjunto podermos puxar, por aquilo que não temos que reivindicar nada; quando se fala em peso político, eu não sei o que é que é isso, eu só vejo o peso político pelo lado pejorativo que é, - nós querermos favores? Nós não precisamos de favores nenhuns, nós queremos aquilo que é justo para nós, e por isso não precisamos de favores nenhuns, não precisamos de ter poder político nenhum, porque aquilo que nós queremos com isto tudo afinal, não é mais do que o bem estar do ecossistema, onde nós meio milhão de habitantes, queremos e decidimos aqui viver e com isso contribuir para a riqueza do país.

É só isto que nós queremos, e não é favor nenhum se o governo olhar para nós desta maneira, dando-nos aquilo que nós podemos chamar a Pista do Rio Novo do Príncipe.

Vogal Raúl Martins (PS)

▲

“Querida fazer aqui uma referência ao tema em discussão que tem a ver com o facto de se dizer que a pista do Rio Novo do Príncipe é “um pretexto”. Em meu entender é a partir daqui que nós temos de separar as águas, porque é um pretexto para ajudar a resolver o outro problema. Porque não o vai resolver (e o Sr. Calafate sabe que não o vai resolver), porque fica por resolver todo o acesso das águas salgadas do lado da “Ronca”. Mas é um pretexto!

E, está-se nos últimos tempos, a envolver a comunidade aveirense nestes dois problemas tentando mostrar que são um só. Não são um só, são dois problemas.

Um problema é a salinização, protecção dos campos agrícolas, etc; outro problema é uma pista para prática de desporto.

Talvez traga um terceiro problema anexo que é a possibilidade da PORTUCEL se abastecer de água doce para que as suas turbinas não turbinem em águas salgadas. E sobre isso é necessário dizer o seguinte: em primeiro lugar, muitas coisas foram aqui ditas sobre o Porto de Aveiro, a maior parte delas erradas (alias, como é costume!).

Muitos de nós não nos lembramos, mas a história de Aveiro está feita e escrita e de facto o Porto de Aveiro e as obras do Porto de Aveiro, permitiram que entre mais água na laguna. Só que é que segundo algumas pessoas essa entrada de água é um fenómeno bom, porque há circulação de água e evita a eutrofização da ria; da última vez que não houve circulação de água sabem o que é que aconteceu a Aveiro e à população de Aveiro? Enfim, é bom ler essas coisas da história e até há alguns artigos publicados por gente competente da área ambientalista e da conservação sobre esse assunto, publicados na net, e seria interessante que todos os aveirenses os lessem e lessem os benefícios e os malefícios que efectivamente esse aumento de caudal das águas traz para o Porto de Aveiro, para a Ria de Aveiro. Não traz só uma subida das águas, traz também uma limpeza de toda a laguna que se faz mais convenientemente e obviamente evita a estagnação que já existiu e existia antes destas obras do Porto de Aveiro. Nem tudo é bom, de facto é necessário e eu sou defensor de que se façam obras de protecção de algumas zonas que se podem proteger para a agricultura, não de zonas que tradicionalmente já eram cobertas por águas salgadas nas marés cheias, que são tipicamente as zonas dos juncais e que infelizmente como ele disse e aí também acertou e muito bem, devido a alguns excessos ambientalistas têm sido conduzidas a uma situação má,

isto também porque o junco deixou de ter valor comercial, como já teve no passado. Isto é quanto à parte agrícola. Acho sim senhor aliás, as últimas obras (e está ali o Sr. Calafate que não me deixa mentir), que foram feitas de protecção, na margem direita do Rio Novo do Príncipe até à ponte da linha do caminho-de-ferro, foram feitas quando eu estava à frente do tal organismo “terrível” que era a APA — que as pagou do seu orçamento.

Quanto à pista de remo do Rio Novo do Príncipe, que é a outra parte do problema, que até levou o senhor e querido colega Manuel Prior no outro dia a brindar-me com algumas perguntas num jornal diário aqui da região, o Diário de Aveiro, e dizia: - “o que é que nós pensamos sobre isso?” Senhor Manuel Prior, já agora lhe digo olhos nos olhos, e francamente como eu costumo dizer — eu posso-lhe dizer algumas coisas sobre o que eu penso sobre a pista do Rio Novo do Príncipe “hoje”, mas o senhor devia começar por interrogar o seu colega aí sentado à sua direita da Mesa da Assembleia, sobre o que é que ele pensava sobre a pista de remo do Rio Novo do Príncipe, quando teve na mão a possibilidade total de a fazer e não deixar nessa altura essa pista de remo ir para Montemor!? Estou certo que já lhe perguntou.

Outra coisa que se fala, é de um célebre protocolo assinado pelo Senhor Hermínio Loureiro, de quem eu prezo a amizade, fez o favor de assinar o protocolo com a Câmara de Aveiro, para o financiamento da Pista de Remo de Rio Novo do Príncipe. Mas se vocês se lembram o Dr. Hermínio Loureiro nessa altura era Secretário de Estado de um governo em gestão, presidido pelo Dr. Santana Lopes. E se ninguém obviamente acreditava nos protocolos do Dr. Santana Lopes quando ele não estava em gestão, quando ele era governante efectivo estou certo que ninguém se acredita. Nem neste nem nos quarenta e tal que ele nesse período de gestão andou por aí a assinar pelo país. Ou já não se lembram? É que ele deixou o protocolo assinado, esqueceu-se foi de deixar o dinheiro.

Eu nunca dei a importância que o Dr. Alberto Souto deu a um protocolo assinado por um Secretário de Estado de um governo de gestão; dum governo de gestão do Santana Lopes. Mas enfim, o Dr. Alberto Souto e outras pessoas de Aveiro deram-lhe o benefício da dúvida, mas o Dr. Laurentino Dias, que é o actual Secretário de Estado, ainda não disse que não havia dinheiro para a Pista do Rio Novo do Príncipe, disse: que neste momento não havia. O que é disse é: - o governo anterior iniciou a construção de uma pretensa pista olímpica de remo em Montemor. Em virtude de várias questões e entre as quais umas poupanças lá, de uma margem e não sei quantas mais, a pista ficou reduzida a uma pista de treinos, nem sequer se pode disputar lá qualquer prova do mundial, mas mesmo assim naquele tanque de água estagnada que lá está, não está acabado, o governo não se atreveu a acabá-lo. E o que o nosso Secretário de Estado diz neste momento é que: “já que está tanto dinheiro lá gasto, vamos acabar aquilo primeiro e depois, à medida das capacidades orçamentais, vamos então disponibilizar dinheiro para Aveiro.”

O que a Câmara de Aveiro está a fazer, e perguntar-me-ão: o senhor quer uma pista de remo no Rio Novo do Príncipe? Não! Eu não quero. Quero duas! Ou três, ou quatro..., mas está na altura de começarmos a pensar em prioridades e está na altura de deixarmos - na minha terra chama-se “arrotos de barriga vazia”.

O que eu queria dizer é que sou profundamente contrário à hipótese de a Câmara de Aveiro poder assumir a construção do Rio Novo do Príncipe sem que haja financiamento estatal para essa obra. - Fica aqui dito! (ponto final). Acho uma rotunda asneira partir para essa obra sem garantir primeiro o financiamento estatal, e dizer: - “eu vou fazer de qualquer maneira”.

É preciso que as pessoas se lembrem de quem tomou essas posições e de responsabilizar quem as tomou.”

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP)

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Usaram da palavra os seguintes Vogais:

Membros da Assembleia

Vogal Rocha de Almeida (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Ex.ma Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Aveiro

Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Aveiro e Senhores Vereadores

Minhas Senhoras e meus Senhores

Respeitados cidadãos

Entendeu a Comissão Política Concelhia do meu Partido que no início destes trabalhos, e porque eles decorrem a apenas dois dias da passagem do aniversário do 25 de Abril, que seria curial e justificado que a nossa participação nesta Assembleia se iniciasse com uma breve referência, da nossa parte sobre os acontecimentos mais relevantes e de relevância política, ocorridos durante este período que mediou entre a última e esta Assembleia Municipal.

Recaiu sobre mim a indignação de usar da palavra sobre esses factos e ser o porta-voz dos pensamentos que nos acorreram sobre tais acontecimentos.

Faço-o com gosto e, embora sabendo que outros o poderiam fazer com mais brilho e circunstancialismo, não enjeitei a indicação, por sentir que poderei contribuir de forma humilde e despretensiosa, é certo, para a dignificação desta Assembleia, e o justo e correcto tratamento dos assuntos que a todos importam.

E primeiro lugar gostaríamos de deixar expressas as nossas felicitações ao Sr. Dr. Raul Martins pelo facto de ter assumido a responsabilidade da gestão da vida política, do Partido Socialista no Concelho de Aveiro. É um cidadão Aveirense que nos habituou ao longo dos tempos, a jamais confundir a política, o partidarismo e a sua circunstância, com o Concelho e a sua população. Conhecedor profundo da realidade municipal Aveirense, eu diria mesmo, privilegiado observador dos caminhos que se trilharam para que se tivesse desembocado neste doentio clima municipal, onde proliferam incumprimentos como mosquitos portadores de desconfiança, dívidas como Anofepes espalhando tremuras e sezões que nem a Senhora das Febres consegue afastar, promessas e protocolos que ultrapassam de longe o oportunismo dos cucos, pois estes ainda têm o “bom senso” de esperar que os outros lhe façam os ninhos, vai ser, dizia eu, Sr. Dr. Raul Martins, como sempre uma voz ponderada, reflectida e responsável, carreando para esta Assembleia Municipal a crítica sempre que for caso disso mas também o alvitre, o alerta, a proposta e a recomendação.

Felicitemo-lo e a toda a sua equipa, pedindo que registre o nosso total entendimento do papel que cabe às oposições e com a certeza de que sabemos que com Vossa Ex.a sempre se saberá encontrar o equilíbrio entre a liderança da sua bancada, a liderança da Oposição ao Executivo e a participação preocupada em encontrar os melhores caminhos para o Concelho de Aveiro, sua Autarquia e população.

Não temos dúvida que face ao apreço que lhe é tributado a todos os níveis irá conseguir para Aveiro a compreensão e o apoio a todos os níveis de que destacamos o Poder Central.

As comemorações dos factos históricos para o nosso País de que se destaca o 30º aniversário da Constituição da República.

Imagino o orgulho, compreensível, dos homens e mulheres que no longínquo ano de 1976, votaram finalmente a Constituição da República Portuguesa. Foi por ela e para ela, que os Democratas portugueses sacrificaram muito das suas posições pessoais, políticas e sociais.

Foi por ela e para ela, que na sua forma primitiva se fez coexistir filosofias Marxistas-Leninistas com preceitos de claro pendor liberal ou do Socialismo Democrático de tradição europeia.

A larga e profusa visão política de homens como Francisco Sá Carneiro, Mário Soares e outros, não obstaculizaram a existência de uma Constituição que sabiam profundamente sincrética, em que ao mesmo tempo afirmava a flexibilidade da sua revisão (artigo 286) e por outro lado estabelecia limites materiais na sua própria revisão (artigo 290).

É que eles, tal como os relatores da Comissão Parlamentar Constitucional e os Grupos Parlamentares dos seus partidos, sabiam que a Liberdade e a Democracia plena são conquistas de todos os dias de longos e longos anos. Sofreram ataques e incompreensões, ameaças e sequestros, pelas forças anti-constituicionais que tudo faziam para que a Constituição não vingasse. Eles sabiam que uma vez aprovada, jamais o Partido Comunista e outras forças de Extrema-Esquerda, participariam em qualquer governo de Portugal.

Votei, como Deputado da Assembleia da República, a primeira revisão Constitucional de 1982, e dos debates havidos e das posições colhidas, sempre concluí que se deveria homenagear os Deputados que no ano de 1976 conseguiram levar por diante a espinhosa missão de dotar o país de uma Constituição capaz de garantir para Portugal um estado de direito, livre e democrático, respeitado e aceite na concertação de todas as nações.

É me hoje, aqui nesta Assembleia Municipal de Aveiro, terra de homens e mulheres livres de há muito que tenho a honra de homenagear os Deputados constituintes de 1976. Um Senhor Deputado, na sessão solene da Assembleia da República comemorativa do 30º aniversário da Constituição, deu-a como culpada, de entre outros, do atraso económico e financeiro do País. Tal afirmação não nos revolta, mas entristece-nos, porque em matéria de responsabilidades, achamos de profundo mau gosto que, quem serve ou serviu o País, em díspares situações e em momentos distintos, nunca tenha sentido necessidade de abandonar o serviço público ou político para não estar sujeito a uma Constituição que não respeita no seu todo.

Para mim, há políticas e opções que tem sido bem mais penalizadoras para o País e para a população, que a Lei fundamental que nos rege. E não falo, Senhora Presidente, e Senhores Deputados, em estádios de futebol, fico-me só pelos submarinos.

Senhora Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores e Senhores Deputados,

Passados que são 32 anos da nossa vida colectiva, após um raiar glorioso e vitoriosos de um dia que deve permanecer para sempre na história de Portugal, como o dia em que o povo português retomou nas suas mãos os destinos da pátria e do seu futuro, o grupo parlamentar do PSD na Assembleia Municipal, gostaria de deixar aqui uma palavra de esperança e de fé no futuro.

Sabemos que nesta data, e passados todos estes anos, deveríamos estar euforia a desfiar o vasto leque de realizações e de situações favorável às populações no seu dia a dia. Infelizmente, os tempos, além da conjuntura externa, têm trazido a nível interno, frustração, angústia e desespero. Um golpe militar pôs fim ao regime inaugurado 48 anos antes, também pelas Forças Armadas. Sobre a invocação dos 3Ds (Democracia, Desenvolvimento e Descolonização), com alguns ajustamentos, por vezes bastante dolorosos, é possível dizer e comemorar no tocante à Democracia. Quanto à Descolonização, com os sofrimentos que lhe foram inerentes, Abril está cumprido. Já no tocante ao Desenvolvimento, há facetas deste capítulo que nos deve deixar angustiados e duvidosos de que alguma vez se venha a ter equilibrado e completado o Sistema.

Passados estes anos caíram sobre a população portuguesa sucessivos D's para os quais não se vê solução: é o D da Desertificação do país; é o D dos Desemprego a todos os níveis, mas de que se destacam os jovens chegados ao mundo do trabalho; é o D do Desespero face à

carestia da vida, ao acesso à Saúde, da qualidade da Educação, da paralisia da Justiça, do Despesismo inconsequente, atingindo raias de irresponsabilidade, e é finalmente o D de Desnorte quanto ao rumo que urge tomar e que tarda em aparecer.

Temos que continuar a lutar e continuar a acreditar que é possível fazer mais e melhor. Não pode ter sido e vão a luta e os sacrifícios feitos pelos nossos maiores em tempos de ditadura e já depois da revolução. Temos que ter a coragem de assumir publicamente um Pacto de Regime Autárquico, de forma a facilitar a resolução dos múltiplos problemas com Aveiro e o Município se debatem. É-nos exigido um alto sentido de cidadania Aveirense que nos impulse para o trabalho, e a disponibilidade em participar na resolução de pesadas heranças que cairão forçosamente sobre quem vier depois de nós.

O alijar de responsabilidades ou o encolher de ombros, não são atitudes recomendáveis a quem quer ser interventor e agente no progresso e no futuro de Aveiro.

Comemorar e lembrar o 25 de Abril de 74, é essencialmente um acto de disponibilidade e de entrega aos trabalhos necessários para dotar a população de mais e melhores condições de vida.

O PPD/PSD reclama aqui, estar como sempre com o espírito de Abril, lutando e defendendo a população mais carenciada e procurando levar melhor qualidade de vida a todos os Aveirenses. E porque assim o entende, e porque assim sempre o cumpriu, e porque esta postura política advém directamente, do espírito do seu fundador Francisco Sá Carneiro, saúda todos os que de alguma forma lutaram e se sacrificaram para que o Poder Autárquico fosse aquilo que hoje é.

Viva a Liberdade. Viva Aveiro. Viva Portugal.”

Vogal Ana Maria Seiça Neves (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Terça-feira passada, passou o 32º aniversário do 25 de Abril.

Estranhamente, mesmo muito estranhamente, constatei que na nossa cidade de Aveiro, nenhuma entidade pública promoveu qualquer evento comemorativo da data.

Tal facto leva-me a questionar a razão. Porquê?

Por que razão a câmara municipal de Aveiro não promoveu qualquer cerimónia evocativa da recuperação da liberdade?

Por que razão a assembleia municipal não foi convocada para, em plenário, recordar, ainda que apenas por momentos, os que fizeram retornar a Portugal a liberdade?

Nunca será demais homenagear aqueles que, crentes em que todos somos merecedores de sermos livres, se sacrificaram para podermos ser livres.

Desconheço as razões, repito, e gostaria de as conhecer.

Acredito que nesta terra de liberdade, que sempre foi Aveiro, recorde-se gravito, José Estêvão, e os congressos republicanos de 1957, 1969 e 1973, estes, percursores do 25 de Abril, não haja tentações de copiar aquele senhor de pronúncia esquisita que lá na ilha de que é dono e senhor, se recusa a comemorar o 25 de Abril.

Não quero fazer a afronta de pensar isso dos aveirenses.

Mas não posso deixar de me insurgir contra os que encabeçando órgãos que hoje existem porque houve o 25 de Abril, se esqueceram de encontrar forma para que todos juntos celebrássemos o retorno da liberdade e juntos, também, mostrássemos a nossa gratidão àqueles que tudo fizeram para que nos retornasse a liberdade.

Se estamos hoje, aqui, devemos-lo ao movimento libertador que veio a ser conhecido pela revolução dos cravos.

Se, hoje, aqui viemos como doutras vezes, e esperamos continuar a vir, discutir assuntos com importância para a autarquia, esgrimindo, subordinados às convicções políticas de cada

um, em liberdade, sem medo, exercendo o direito inalienável que é a liberdade de expressão, ao 25 de Abril o devemos.

Fica o meu lamento, mas fica também a minha esperança num futuro em que a liberdade esteja sempre no nosso horizonte.”

Presidente da Mesa

“Eu queria em nome da Mesa, dizer o seguinte: - na última reunião da Assembleia Municipal, como era a imediatamente anterior à data do 25 de Abril, a Mesa esperou que houvesse uma proposta de qualquer grupo municipal no sentido de se convocar a Assembleia Extraordinária para a comemoração da data de 25 de Abril.

Não partiu de qualquer grupo municipal a iniciativa de pedir essa Assembleia a Sessão Extraordinária.

Com é do conhecimento dos senhores deputados a Mesa só em casos absolutamente excepcionais, que têm a ver com questões ligadas ao município, é que adopta a realização de Assembleia Extraordinárias. Como não houve uma iniciativa (a que a Mesa obviamente não se oporia) a Assembleia Municipal não comemorou institucionalmente o 25 de Abril.

Por isso meus senhores, Senhores deputados, a culpa não é de ninguém, é de cada um de nós.”

Vogal Carlos Candal (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Gostava de falar de um homem desaparecido que foi um pilar importante na construção da Democracia a seguir ao 25 de Abril — Adelino Amaro da Costa. E quero dizer o seguinte, porque estive lá: o CDS votou contra a Constituição, ninguém achou extraordinário, ninguém ficou surpreendido, ninguém recriminou o CDS — essa a noção de Democracia que há data se tinha.

O Dr. Jorge Nascimento é uma pessoa muito inteligente, mas de vez em quando gosta de fazer assim umas fitas e hoje gostou de fazer papel de sonso!? Então não sabe que há isso que se chama peso político? Peso político individual do António e do José - e não é para meter cunhas nem para arranjar empregos — peso político da Câmara ou da Assembleia!? Peso político de um ministro!? E peso político da região!? Isso é que é preocupante. Porque não sei se sabe que Coimbra já está a reclamar um segundo planeamento e recuperação do Baixo-Mondego e nós ainda não temos sequer a Barragem de Ribeiradio!?

E quando eu falava do peso político da Câmara (e voltarei a falar disso daqui a bocado), não quero minorizar a Câmara, pelo contrário, acho que temos que nos solidarizar para dar apoio à Câmara, porque peso político realmente não tem. Por isso, temos que fazer solidariedade naquilo que for importante para Aveiro - e peso político é quem? Por exemplo, quando o problema do Rio Novo do Príncipe começou, foi há muitos, muitos anos, de então para cá, não vamos culpar as câmaras todas e os presidentes todos e o Prof. Celso e mais não sei quem etc; o que nos interessa é agora.

Quando começou o problema do rio Novo do Príncipe o que se pretendia na altura era uma Pista de Remo e daí ficou na memória e a terminologia. Nessa altura Aveiro estava empenhada totalmente, toda a gente, e havia, lembro-me que o Bispo de Aveiro, o Sr. D. João Evangelista de Lima Vidal, fez uma intervenção brilhante de que ficou a memória dele dizer eufemisticamente “eu nasci na proa de uma bateira!”. Foi um movimento de toda a população. E é assim! E teremos que fazer um movimento colectivo para dar força à Câmara. E os dinheiros, também compreendo que é uma aventura; fizemos o estádio; temos de pensar nisso como um movimento cívico, económico, de empresários, para dar força e para garantir algum apoio, nomeadamente para o estudo, mas isso fica para depois.

Porque a minha principal preocupação nesta intervenção, era, primeiro: para assinalar e propor um voto de pesar a ser comunicado à respectiva família (se for aprovado) pela morte do Sr. João Moreira do seguinte teor:

«VOTO DE PESAR pela morte do Sr. João Moreira, um aveirense dos quatro costados; um homem típico de Aveiro. Modesto, humilde, profissional honrado e competente, que dedicou provavelmente a maior parte do seu tempo de vida (e foram noventa anos), a tudo quanto era aveirense; a todos os elementos sociais, filantrópicos, cívicos, desportivos, com muita simplicidade, e dando peso a Aveiro»; *(o tal peso discreto que não se sente no Terreiro do Paço).*

Um dos intervenientes disse, que os homens de Aveiro falam alto! Não é verdade... falam alto mas falam fininho e para se sentir a voz no Terreiro do Paço, tem de se falar de outra maneira.

Aveiro não tem figuras políticas, e não tem peso. Todo o concelho junto não tem peso político, essa é que é essa. Porquê? Porque somos individualistas. Se calhar porque não tivemos uma elite. Porque só temos há pouco tempo uma universidade. Porque é Aveiro que não rema, já remou (- dizia o saudoso Dr. Lourenço Peixinho).

E a propósito, este João Moreira, era um homem que além de remar e de construir foi sempre um exemplo cívico para o povo de Aveiro, e não foi impunemente que a câmara lhe outorgou a medalha de prata da cidade.

Nos noventa anos da sua morte, proponho, tacitamente ou implicitamente, que a Assembleia Municipal lavre um voto de pesar pelo seu desaparecimento.

Outra referencia, é em relação ao Sport Clube Beira Mar (a Sr.a Presidente não sabe, mas é um clube de Aveiro, e tem uma equipa de futebol, que estava na 2.ª divisão e ganhou agora e volta para a 1.ª), e congratular-nos com a subida do Beira-mar à 1.ª divisão, e esperar que fique muitas jornadas no Beira Mar, no interesse do clube, no interesse de Aveiro, e no interesse do estádio municipal, que é bem melhor que tenha um clube residente, na 1.ª divisão.

Mobilidade. Sobre mobilidade, eu propus na outra Câmara que fosse criado um Provedor da Mobilidade - o Dr. Alberto Souto não achou graça; a ideia não era dele, não deu andamento a isso. Outra coisa que eu propus era fazer uma rotunda ali junto ao parque da cidade, naquele cruzamento — e não desisto disso. O Sr. Presidente da Câmara há-de tomar nota, que aquele edifício da esquina foi comprado pelo construtor civil chamado Castelo Branco, quando vier o projecto dê-lhe mais um andar e obrigue-o a recuar para ficar com margens para se fazer ali a rotunda.

Enquanto não faz a rotunda, importa rebaixar o passeio central que tem vinte e cinco centímetros de altura. Está pintado no chão, mas depois quem for de cadeira de rodas ou com carrinhos de bebé não passa ali — e isso é barato.

E por falar em ser barato e ser eficaz. No topo da Avenida que está bem, na zona da passagem desnivelada aquelas árvores estão bem e o arranjo está bem, mas as baias para os automóveis estacionarem tem de mandar burilar os cantos - não custa nada! Primeiro porque estão sempre pretos dos pneus; segundo dá cabo dos pneus; terceiro cria um enorme aumento de tempo para os carros estacionarem — fora isso está bem!

A terminar queria dizer o seguinte: - a Câmara que tem falta de receitas, tem que ponderar o seguinte: a primeira vez que fui a Budapeste (a primeira e a segunda) viviam no regime da tutela pró-soviético e a cidade muito bonita, com lojas no rés-do-chão dos prédios, mas eram lojas do Estado (moda, decoração) mas eram do Estado. A terceira vez, já depois da queda do muro de Berlim, o clima geral da cidade não tinha evoluído muito, mas tinha evoluído nisto – na propaganda sonora e placares eléctricos e cartazes. O capitalismo justifica, carece de propaganda. É assim. E quando há crise do Comércio bem se compreende que os comerciantes queiram e precisem e devam e possam, fazer propaganda,

mas há limites! Sempre que chego ao meu carro tenho uma etiqueta no pára-brisas na esquerda ou na direita outro entalado na porta e outro no pára-brisas de trás (nem se vê a multa). E no átrio da casa onde moro, são quilos de papéis; e no prédio que era dos meus pais, na porta de serviço tem lá uma caixa de correio, está desactivada, mas não se consegue abrir a porta, vai ter que se entrar por cima, porque deve haver um monte de propaganda. É preciso disciplinar isso e a disciplinar é preciso estabelecer uma taxa. É exigir que a propaganda tenha identificação de editor, se não tiver, presumir que o autor é quem distribuiu e isso tem que ser taxado. Porque devem ser quilos, toneladas de papel - e também por protecção da natureza e das árvores, toneladas de papel gastas todos os dias com essa propaganda.”

Vogal Paulo Maia (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Cumpre-me neste momento dizer-vos que não sei ser politicamente correcto; não vou aqui causar problemas políticos à Senhora presidente da Assembleia Municipal, mas vou com certeza tentar humildemente ajudar a resolver alguns dos problemas.

Mas seguramente antes de conseguir contribuir para ajudar a resolver os problemas, vou ter muito que aprender com todos vós e por isso desde já os meus agradecimentos, a tudo aquilo que possam ensinar-me.

Gostaria também de dizer que, eu ainda continuo a remar. E continuo a remar contra a maré muitas vezes; a isso me obrigou a vida ao longo deste quase cinquenta anos que tenho e com certeza enquanto tiver saúde isso me vai obrigar. Aqui estarei convosco de alma e coração, com consciência e com sentido de dever cívico, sem o mínimo dos constrangimentos e sempre em consciência, tendo como sentido os interesses supremos de Aveiro e dos Aveirenses.

Dito isto, em nome da bancada do Partido Social Democrata, cumpre-me propor aliás e de alguma forma vou secundar as palavras do Sr. Deputado Dr. Carlos Candal, propor com manifesto regozijo um voto de louvor à entidade desportiva, porventura mais emblemática da cidade e da região de Aveiro, pelo facto de com a sua equipa mais representativa ter alcançado no domingo passado o salvo conduto para participar na competição mais importante do futebol em Portugal, a Super-liga. Lugar que manifestamente o Beira-mar tem o dever e o direito de ocupar.

Posto isto é com viva e sincera congratulação, que proponho a esta Assembleia um voto de louvor, do seguinte teor:

«VOTO DE LOUVOR – A Assembleia Municipal de Aveiro, congratula-se, com manifesto regozijo, pelo facto do Sport Clube Beira-mar ter ascendido, por mérito desportivo, à competição da Super-liga de Futebol, assim retomando o lugar que é seu de direito e de dever, enquanto primeira bandeira desportiva de Aveiro e da sua região, no panorama desportivo nacional.»

Como desportista aveirense e como beiramarense de sempre, sinto profundo orgulho em poder protagonizar esta proposta.”

Vogal António Granjeia (CDS/PP)

Vogal João Barbosa (PS)

Vogal Carlos Martins (CDS/PP)

Vogal António Regala (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Hoje, três dias após o 25 de Abril, não podemos deixar de saudar esta data que tanta importância tem para o nosso povo e para o nosso país.

Foi em 25 de Abril de 1974, que se pôs cobro a um período negro da nossa história, onde o atraso, a ignorância, a prepotência e o terror imperavam.

Foi em 25 de Abril de 1974, que se deu voz a tantos portugueses que ao longo da sua vida com sacrifícios imensos, quantas vezes da própria vida, foram resistindo e resistindo, construindo um sonho de construir um país livre, onde todos pudesses ter uma palavra a dizer, sem obstáculos nem receios.

Foi em 25 de Abril de 1974, que um punhado de valentes militares conhecedores das necessidades do nosso povo e conscientes de uma injustiça e de uma guerra que para além de fratricida era o próprio suicídio da nossa nação, decidiu terminar com esse período negro e entregar os destinos do país ao seu povo.

E as portas que Abril abriu, - como dizia José Carlos Ary dos Santos, não mais se fecharam, não em que alguns saudosistas, muitas e diversas vezes tenham tentado voltar atrás.

Hoje, podemos dizer que voltar ao passado é impossível, mas não podemos dizer, que não há sectores profundamente interessados na eliminação das liberdades e garantias dos cidadãos, na minorização da nossa cultura, a impossibilitar a igualdade das condições de acesso à educação, à saúde e ao desenvolvimento quer individual, quer colectivo.

Há ainda alguns que impregnados do cheiro bafiento do passado, querem conspurcar o nosso futuro, e negando a nossa condição humana, vão ajudando a cavar o fosso entre os que têm tudo e cada vez mais de tudo, e os que do pouco que têm, se vão aproximando do nada. E são esses, que aliados ao poder do dinheiro, da falsa economia, que anulando o rigor científico da matemática, utiliza distorcendo-a, aplicando-a já distorcida, para criar bolos cada vez maiores para poucos comedores, e alguns biscoitos que se têm que repartir por muitos esfomeados.

E à medida que se vão criando desigualdades, deterioram-se as relações de trabalho, aumenta o conflito, aparece-se a escalada do desemprego, da pobreza e da exclusão.

Mas o 25 de Abril de 1974, também abriu as portas do acesso à educação, ao direito à saúde, ao emprego, à melhoria das condições de trabalho e de vida, ao direito à habitação, à cultura, e à paz. Enfim, abriu as portas ao desenvolvimento e à modernidade. Foi o início de uma caminhada rumo ao futuro, na perspectiva do bem estar do ser humano, não é estranho pois que ainda há três semanas, quando em gozo de uns dias de férias, visitamos algumas terras do norte do país, e nos deparamos em todas elas com anúncios de comemorações da data que se aproximava, com organizações das próprias autarquias: Guimarães, Vizela, Póvoa do Lanhoso, Celorico de Bastos, Marco de Canavezes, Amarante, Paços de Ferreira, Penafiel. São terras para as quais, a memória colectiva dos factos marcantes da nossa identidade nacional, é um assunto importante.

Neste particular gostaríamos de poder dizer o mesmo, da atitude do executivo camarário de Aveiro. Mas lamentavelmente, só podemos registar o esquecimento a que votou a comemoração do 25 de Abril, nesta terra que até já foi agraciada com a Ordem da Liberdade. É estranho! Tanto mais que denota, quanto mais não seja, ingratidão. Se hoje todos nós aqui estamos, devemo-lo ao 25 de Abril e os Senhores Vereadores e o Senhor Presidente não são excepção, nem tão pouco comemorando o 25 de Abril, souberam enaltecer aquilo que é quase unanimemente considerado, como uma das grandes conquistas, - o poder local democrático. Aquela que deu origem à estrutura onde hoje se sentam.

Foi o primeiro ano de mandato deste executivo, e demos o benefício da dúvida; ficou visto que o 25 de Abril não é com ele, portanto, para o ano, para tirarmos a prova do nove, apresentaremos uma proposta ao executivo, para inscrever no plano de actividades para 2007, umas comemorações do 25 de Abril, simples e dignas. Cá estamos para ver qual será a resposta.

Hoje Portugal é um país, que embora sofrendo na pele os resultados de políticas desastrosas, se pode perfilar ao lado das nações, onde o respeito do homem pelo homem não

é palavra vã. Não fosse mesmo essa quase obsessiva imposição de subordinação de poder político ou poder económico que contraria a constituição, e o nosso desenvolvimento e bem-estar social seriam bem diferentes. Temos uma constituição que aprovada há trinta anos, é um instrumento fundamental para a manutenção do espírito de Abril; há é que respeitá-la e fazê-la respeitar por quem de direito. O desenvolvimento técnico, científico, social, cultural e ambiental, faz-se com dinâmicas diferentes, em que os intervenientes são colocados de maneira participativa, na busca de maior produtividade e inovação.

A abertura do conflito com os trabalhadores, na busca de se encontrarem bodes expiatórios para incapacidades próprias, para além de ser desmotivadora desses mesmos trabalhadores, é também geradora de descontentamentos que vão minando, o espírito de Abril.

Abril foi a solidariedade, a alegria, a união, a libertação; - foi a esperança. E esta esperança não pode nunca ser defraudada, para que Portugal seja um país próspero moderno, competitivo, é necessário que o espírito de Abril prevaleça e se transmita de geração em geração.

Lembrar o 25 de Abril, é antes de mais enaltecer os valores então adquiridos, e aprovar o nosso caminho livre e solidário rumo ao futuro.

(Gostava ainda de tecer algumas considerações sobre outras questões).

Houve quem comemorasse o 25 de Abril em Aveiro. O PCP! Que de uma maneira simples mas que reputamos e consideramos de muito digna; por sinal foi um artista plástico que fez um desenho, comprou uns placares e os aplicou no centro da cidade, juntamente com duas faixas. Foi a única entidade ou força que se lembrou do 25 de Abril em Aveiro, lamentavelmente. Mas isto aconteceu.

A terminar, gostava de enaltecer aqui três colectividades do nosso concelho que pelos seus resultados são meritórias e têm levado o nome de Aveiro e nós podemos-nos orgulhar delas. Começava pelo Galitos, pelo excelente trabalho que têm feito no campo da natação, tendo tido como resultados, a chamada do seu atleta Diogo Carvalho à selecção e do seu técnico também, como técnico da selecção, o Élio Terrível.

Outra nota, relacionada com a casa do povo de oliveirinha, que conquistou o título nacional masculino da segunda divisão de ténis de mesa (ping-pong), e em juniores, nos campeonatos nacionais teve um terceiro lugar em pares mistos, um primeiro em pares femininos e um primeiro em femininos.

O terceiro, obviamente, para o Beira-mar, porque finalmente, - ao fim de um ano de jejum, subiu à superliga, e esperamos sinceramente que no próximo domingo possa comemorar, ser vencedora da Divisão de Honra.

Por fim, gostava de partilhar com os meus pares, que me preocupa e que embora sendo de âmbito nacional, acho que é merecedora de que esta Assembleia, tenha conhecimento e que inclusivamente, quer individualmente quer no colectivo, se possa até tomar alguma posição: - foi num programa de televisão, com o qual me deparei há dias, sobre o debate que havia sobre os novos exames de português e a nova forma de colocação dos exames para o 12.º ano. De facto este despertou-me a atenção, este tipo de programa porque havia quatro intervenientes, em que dois se opunham a outros dois no fundo, embora não coincidentes aos pares. No entanto, a minha preocupação tem haver com que eu considero, e acho que de um modo geral as pessoas considerarão, que há disciplinas que são estruturantes na formação de qualquer jovem no nosso país: o português é um delas bem como também a matemática.

E o que está posto em causa, e o que o ministério pretende por em causa é a questão de se poder por um teste de avaliação ao 12.º ano de cruz, o chamado teste americano, que neste momento está em desuso nos estados unidos. Mas a argumentação é que é preocupante, e defendida inclusivamente por um professor que até era identificado no dito programa de televisão, como presidente da associação dos professores de português; a argumentação, é

que não é necessário um aluno saber interpretar um texto, para poder responder a um teste de cruz.

Eu reputo isto de “extremamente grave”, porque um aluno do 12.º ano, - terá dezassete, dezoito anos, estar a responder a um teste, sem saber interpretar um texto, é uma completa destruturação na formação deste mesmo jovem.

Dá-me ideia, que numa altura em que os americanos estão a abandonar estes testes, e que os aguentaram por muitos anos, e vive muito com base numa imigração fortíssima do estrangeiro, fundamentalmente uma imigração intelectualmente muito desenvolvida. Nós não temos nada disto; quer dizer, a nossa formação, a nossa criação da possibilidade de imbecilizar a formação dos nossos jovens, vai-nos provocar um atraso significativo. Portanto, há aqui nesta altura, uma destruição daquilo que melhor nos poderemos ter, que é a nossa formação cultural, e o nosso desenvolvimento em disciplinas que eu acho estruturantes na formação de qualquer jovem.”

Vogal Teresa Fidélis (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: c

“Ex.ma Senhora Presidente da Assembleia Municipal

Exmo. Senhor Presidente da Câmara

Senhores Vereadores e caros colegas vogais da assembleia

Eu gostaria de fazer uma breve intervenção sobre o contributo da Câmara Municipal para discussão pública do Plano Sectorial da Rede Natura 2000.

Mas antes permitam-me que faça um comentário a uma intervenção feita no início desta sessão sobre o contributo do Departamento de Ambiente e Ordenamento da Universidade de Aveiro, em boa hora feito, porque na verdade, os avisos sobre intervenções inadequadas sobre a Ria de Aveiro têm sido mais que muitos e há muitos anos. Pena é que aqueles que intervêm na Ria tendam sistematicamente a ignorar os avisos feitos pelos investigadores. Em geral, quando os ouvem consideram-nos irrelevantes ou alarmistas e anos mais tarde quando os problemas se agravam esperam que os cientistas sejam como mágicos com coelhos na cartola e que os resolvam subitamente.

Entre os dias 26 de Janeiro e 10 de Março, estive em discussão pública o Plano Sectorial da Rede Natural 2000. Este plano tem por objectivo propor um conjunto coerente de medidas para a protecção de zonas ambientalmente sensíveis existentes no território português e que integram uma rede europeia de áreas naturais. As zonas abrangidas são designadas por Zonas de Protecção Especial (ZPEs) e Zonas de Conservação Especial (vulgarmente designadas por “sítios”).

A Rede Natura 2000 define as áreas consideradas importantes para a conservação de determinados habitats e espécies no âmbito de duas directivas – a Directiva Europeias Habitats e a Directiva Aves. Nessas áreas, só as actividades humanas compatíveis com a preservação dos valores naturais são admitidas, estabelecendo-se, entre outros aspectos, restrições à construção.

Um aspecto crítico deste Plano Sectorial é o facto de determinar que as regras da Rede Natura 2000 passem, no prazo de seis anos, para os planos directores municipais, e consequentemente a responsabilidade da sua execução, para os municípios.

No contexto nacional, a discussão pública sobre este plano suscitou por parte de diversas entidades uma grande diversidade de comentários e reacções, entre as quais de destacam a Associação Nacional de Municípios Portugueses e vários municípios, em particular aqueles que possuem território abrangido por áreas classificadas. Esta temática não tem sido muito bem recebida por parte dos municípios. Entre os pontos críticos destacam-se:

- a necessidade exigir a tomada de medidas mais exigentes para a protecção da biodiversidade hoje internacionalmente reconhecida como um aspecto essencial para a saúde e sobrevivência das populações humanas no futuro,
- o aparente cercear de determinado tipo de expectativas locais de desenvolvimento ou de crescimento económico;
- a dificuldade de transpor as medidas de gestão propostas para as diversas figuras de plano e cartografia local, ou mesmo
- a lógica intrínseca de algumas medidas propostas.

O município de Aveiro tem cerca de 49% do seu território integrado numa Zona de Protecção Especial designada por Ria de Aveiro. Além disso o município de Aveiro ocupa a maior fracção do total da ZPE (19%). Os outros municípios abrangidos pela ZPE contribuem com fracções menores: Murtosa (11%), Ovar (6%), Estarreja (5%), Águeda, Albergaria-a-Velha e Ílhavo (4% cada), Vagos (3%) e Oliveira do Bairro e Mira ambos (1%).

Este facto atribui a Aveiro uma importante, senão mesmo acrescida, responsabilidade da autarquia na reflexão sobre as implicações, quer natureza ambiental quer mesmo de natureza económica e social, que este plano pode ter sobre os processos de tomada de decisão no território municipal que interfiram com a ZPE Ria de Aveiro.

Embora com algumas reservas, porque não conheço os métodos de cálculo usados no Plano, vale a pena referir, que a média do índice de poder de compra dentro da ZPE se aproxima dos 2,82 enquanto que a média para Portugal Continental atinge os 96,55. Este dado, pode suscitar, entre outros aspectos:

- uma reflexão crítica, por um lado, sobre as condições de vida destas populações, e por outro, sobre o papel que elas desempenham para a preservação dos valores naturais locais;
- uma reflexão sobre o facto de estas populações, cujo rendimento familiar depende em grande parte da actividade agrícola e pesqueira local, estar fortemente dependente da qualidade ambiental e dos recursos naturais associados à Ria;
- uma reflexão sobre os efeitos que determinadas acções e intervenções promovidas nas imediações ou no interior da ZPE possam ter sobre o seu equilíbrio ambiental; ou
- e, também uma análise prospectiva sobre os eventuais custos (em actos, omissões ou em euros) que a promoção das medidas preconizadas pelo Plano Sectorial possam vir a recair sobre o erário público local, sobre o sector privado local ou sobre os municípios.

Mas há outros aspectos relevantes para debater no âmbito desta temática:

- a extensão da área abrangida pela ZPE no território aveirense, a abordagem e o detalhe das medidas propostas e o seu enquadramento na visão de futuro para a Ria (se é que a autarquia a tem de facto);
- os efeitos que determinadas acções promovidas ou projectadas para as imediações da ZPE tenham sobre o seu equilíbrio ambiental e que devam ser re-equacionadas, procurando respeitar o principio da precaução;
- a articulação com os diversos tipos de planos que abrangem esta zona e as implicações que isso pode ter sobre o sistema de planeamento territorial local, nomeadamente com o Plano Director Municipal de Aveiro que está actualmente em processo de revisão;
- a análise prospectiva dos eventuais custos (em intervenções ou em euros) que a promoção das medidas preconizadas pelo Plano Sectorial possa repercutir sobre as finanças ou sobre a administração pública local, sobre as empresas ou sobre os municípios;

Devo dizer que procurei em possíveis fontes dados sobre a posição da Câmara. Procurei na comunicação do Sr. Presidente, na documentação que foi distribuída aos vogais desta assembleia municipal, nas actas das reuniões de câmara disponibilizadas na página web, em outros sítios da página web da autarquia como o serviço de ambiente ou de planeamento urbano, nos jornais locais, mas nada encontrei sobre a posição de Aveiro sobre o Plano

Sectorial da Rede Natura 2000 nem de iniciativas de divulgação e envolvimento da comunidade local (temática que o Sr. Presidente, e muito bem, tanto defendeu na sua campanha) na reflexão deste documento.

Curiosamente, nas pesquisas que fiz na internet, encontrei inúmeras notícias divulgando iniciativas de muitos outros municípios, nomeadamente, do municípios de Estarreja que promoveu uma discussão pública sobre o Plano e divulgou na imprensa local as suas posições sobre a implementação das medidas de gestão propostas para a ZPE Ria de Aveiro. Neste sentido, e acreditando:

- Que Este executivo sabe que Aveiro, para além de ser sede de distrito e de ser membro de uma associação de municípios da Ria de Aveiro, constitui também um concelho de destaque em termos de desenvolvimento económico, social e ambiental que lhe confere uma importante responsabilidade na participação em processos de elaboração e discussão de documentos nacionais com importância local e regional;

- Que este executivo já saberá também, passados os meses iniciais do mandato, que a governância local é muito mais do que uma mera gestão corrente, e que requer visão, antecipação e o acompanhamento atento e responsável de uma grande diversidade de assuntos, significativamente mais vastos e mais exigentes, do que aqueles que se reportam à escala das pequenas fronteiras locais;

- e acreditando também que este executivo terá de facto acompanhado este processo e divulgado junto da comunidade local;

Gostaria que, e com a permissão da Sra. Presidente, dirigir ao o Sr. Presidente da Câmara, Dr. Élio Maia, a questão sobre que iniciativas foram promovidas e qual foi a opinião manifestada pela Câmara Municipal de Aveiro sobre o Plano Sectorial da Rede Natura 2000?.”

Vogal Florentino Marques (PPD/PSD)

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Dois apontamentos muito breves e que são os seguintes:

Eu queria fazer referencia a um cidadão aveirense, residente na freguesia da Glória, hoje aproximadamente com 75 anos de idade, dos quais 58 dedicados a uma instituição centenária; instituição quase com duzentos anos de existência. Nos tempos que correm em que normalmente só há disponibilidade para cargos remunerados, penso que é de enaltecer o comportamento, a atitude, a dedicação de um cidadão como o Senhor Manuel Cerveira da Silva, e a instituição é a Banda Amizade.

Cruzei-me nestes últimos vinte anos com o Senhor Manuel Cerveira da Silva, preocupadíssimo sempre com a sua instituição, com a sua Banda Amizade. A Banda Amizade tem nome de rua na freguesia da Gloria. É uma instituição com prestígio não só em Aveiro, naturalmente, por esse país fora e também no estrangeiro.

Uma homenagem que lhe foi feita muito recentemente, exactamente no 25 de Abril - afinal fez-se qualquer coisa de bom no 25 de Abril, teve uma homenagem promovida pela actual direcção, onde se associaram muitas entidades. Registei com muito agrado a presença do Sr. Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores Capão Filipe e Carlos Santos. Lamento, permita-me que lhes diga, que gostaria de ver outras pessoas responsáveis pela vida autárquica de Aveiro, pessoas que realmente não souberam relevar para esse campo ou não se quiseram associar talvez à pessoa simples, humilde, do Sr. Manuel Cerveira da Silva.

Neste sentido queria propor um voto de louvor a este cidadão exemplar, e é do seguinte teor:

«**VOTO DE LOUVOR** – Considerando que o cidadão Manuel Cerveira da Silva, dedicou 58 anos da sua vida ao serviço da instituição Banda da Amizade com elevados prejuízos para a sua vida privada, profissional, familiar e económica!

Considerando que durante este longo período de tempo, sem qualquer remuneração, foi decisiva a sua entrega e determinação para que tão prestigiada associação aveirense dignificasse o nome da cidade e concelho não só no país como no estrangeiro.

Considerando a sua reconhecida humildade, o seu alto valor moral e cívico de que é possuidor, nunca procurando qualquer protagonismo, proponho um voto de louvor, ao homem bom, cujo nome é Manuel Cerveira da Silva».

Seguidamente gostaria de apresentar um voto de pesar, relativo à morte do Sr. João Moreira. A intervenção do Senhor Deputado Carlos Candal foi excelente. Eu conheci muitíssimo bem o Senhor João Moreira, embora eu seja bastante mais novo que ele. Tive a satisfação de com ele integrar uma equipa para angariação de fundos para os Bombeiros Novos; tive a felicidade de fazer com ele uma viagem a um país estrangeiro; o Senhor João Moreira - não é preciso dizer muito mais, o Deputado Carlos Candal já disse tudo, todos nós conhecemos o Sr. João Moreira e queria associar-me a esse voto de pesar.

Por último, um outro apontamento e que é o seguinte: tivemos na quadra da Páscoa milhares de turistas, especialmente espanhóis na nossa cidade.

Diz o Senhor Presidente da Rota da Luz num jornal diário, que reforçou a sua equipa para responder ao aumento de procura. Mais diz esse jornal diário, que os hotéis da cidade, têm taxas de ocupação a rondar os cem por cento e os restaurantes estão cheios de turistas, quase todos espanhóis.

Mais a baixo, o mesmo jornal diz que são dezenas de milhares de espanhóis que nos visitaram. Maravilhoso!? Eu próprio testemunhei (obviamente que não os contei), mas testemunhei que tivemos aí muitos espanhóis. Só lamento - e queria frisar que isto não é uma crítica a ninguém, é apenas um apontamento que eu gostaria que ficasse registado, para que no próximo ano se corrigisse esta falha. Os nossos monumentos históricos estavam encerrados! Se em relação ao Museu eu até compreendo porque havia uma greve nacional, o mesmo já não digo aos outros monumentos e refiro-me mais concretamente à Igreja da Misericórdia, à Igreja das Carmelitas. E já que falei na Igreja das Carmelitas, que hoje está recuperada, está bonita, queria dizer que no próximo ano com certeza não vai acontecer, não vai estar encerrada, porque neste momento decorrem contactos, decorre um dialogo entre a Câmara e a Junta de Freguesia da Gloria, no sentido de se abrir já este ano aos turistas a Igreja das Carmelitas - já não queria referir a de Santo António que se encontra num estado de elevada degradação. Ficava aqui também o apelo para que eventualmente a Câmara pudesse pegar neste caso da Igreja de Santo António, para num futuro próximo termos aquilo realmente com outro aspecto.»

Vogal Miguel Fernandes (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Gostaria de apresentar aqui um voto de pesar, do seguinte teor:

«**VOTO DE PESAR** – A Bancada Parlamentar do CDS/PP, pretende associar-se ao pesar sentido de todos os autarcas e cidadãos portugueses pelo homicídio cometido contra a vida do Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Pena o Sr. Armando Luís Coelho da Silva, em exercício das suas funções.

Nesse sentido, os membros da bancada do CDS/PP, propõem a todo este colégio um voto de pesar pela sua morte a endereçar às respectivas famílias.»

Seguidamente, e porque fomos eleitos para defender os interesses do povo de Aveiro, é também para tratar de uma questão do povo de Aveiro que aqui estou.

Portanto, as minhas palavras seguintes vão dirigidas ao executivo, na pessoa do Senhor Presidente, e subcrevendo as palavras do Sr. deputado Fernando Marques, relativamente à questão do Hospital Infante D. Pedro.

Nós todos sabemos que recentemente houve uma reunião da AMRIA e da GAMA, relativamente à questão de aclamação de estatuto “Central” do Hospital de Aveiro. É certo que isso é um estatuto relevante e deve ser defendido, mas antes de mais eu gostaria de propor a todos os senhores deputados aqui presentes, ao executivo, à Sr.a Presidente da Assembleia, que saia daqui não uma voz fininha como o Deputado Carlos Candal há pouco alegou, mas uma voz brava e viva de expressão, a dirigir ao Sr. Ministro da Saúde, e perguntar-lhe directamente (não é ao executivo): - o porquê do protelamento da abertura dos serviços de urgência.

Eu há pouco, e agradecendo a amabilidade da distribuição deste panfleto alusivo às animações culturais e desportivas, tive oportunidade de verificar que irá decorrer uma feira do desporto onde se insere o campeonato europeu Sub-21.

Eu pergunto, se é legítimo que esta cidade - capital de distrito, mereça o desrespeito e pelo menos a ofensa, que é perpetrada por este executivo (estou a falar do governo socialista) de continuar nesta comissão.

E tanto se fala em SIMPLEX e em descomplicar e eu pergunto se não será legítimo também perguntarmos ao senhor Primeiro-Ministro e neste caso ao Senhor Ministro, se não é necessário também descomplicar a situação do serviço de urgências?

Neste sentido, proponho a todos os meus pares, para de facto, para além de questionar e indagar desta questão, saia daqui uma voz viva, facto que leve em frente os interesses do povo de Aveiro, em particular sobre esta questão dos serviços de urgência que são tão essenciais para a população aveirense.”

Vogal António Regala (PCP)

Presidente da Mesa

“Relativamente a esta questão do não funcionamento das Urgências do Hospital, tenho a informar o Senhor Deputado e esta Assembleia, que os deputados do PSD na Assembleia da República já tiveram oportunidade de dirigir um requerimento ao Governo, no sentido de apurar as razões pelas quais ainda não foi dada luz verde para o funcionamento das Urgências cujas obras estão concluídas desde Dezembro passado — e apontámos exactamente a realização próxima do campeonato para mais um motivo a acrescer aos motivos do quotidiano dos aveirenses, que justificam que aquele investimento esteja ao serviço dos utentes do hospital.

Por isso, nunca é demais frisar e enfatizar esta questão que é muito relevante e darei seguimento à sugestão do Senhor Deputado, no sentido de que esta Assembleia dirija um requerimento ao Senhor Primeiro Ministro e ao Ministro da Saúde, no sentido de que as urgências passem a curtíssimo prazo a funcionar nas instalações que custaram muitos milhões ao Estado e que não estão ao serviço de ninguém neste momento.”

Vogal Ana Carla Macedo (PS)

Vogal Mário Neto (PPD/PSD)

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP)

Vogal Carlos Candal (PS)

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Sobre o 25 de Abril, só falta aqui falar de uma coisa importante, onde eu estive e gostei de estar - e estaria outra vez, foi a fonte luminosa.

De facto a nossa Democracia tem os seus problemas. É como dizia o Winston Churchill: “a democracia é o pior dos sistemas políticos, com a excepção de todos os outros”. Sem o 25 de Abril, nem sequer haveria o 25 de Setembro, o 11 de Março ou o 25 de Novembro!

O que havia sem o 25 de Abril era o beija-mão dos Generais. Era um país adiado, um país corrupto, um país dos “ballet roses”, enfim, um país dos poderosos (mas não vamos falar disso).

Vamos falar do futuro. E uma das coisas que eu queria trazer aqui, era também os parabéns pelos êxitos da Casa do Povo de Oliveirinha e também do Beira-mar, e congratulação da subida à Super-liga.

Não seria eu, se não me manifestasse neste momento de alegria, alguma tristeza pelo que foi dito nos últimos tempos por alguns dirigentes responsáveis do Beira-mar. E se querem que seja absolutamente franco, não gostei da forma como o nosso Presidente da Câmara foi desconsiderado. De facto, eu aqui há uns dias, durante o último encontro de futebol que se disputou, ouvi na minha casa, a bofetada de luva branca, que o Senhor Presidente da Câmara endossou aos mais altos dirigentes do Beira-mar. Mas no meu entender não era suficiente. Um Presidente da Câmara que é de todos nós, que é da Câmara de Aveiro, não pode ser insultado na praça pública, sem imediatamente responder. Nós somos aveirenses e na nossa terra, quem não se sente não é filho de boa gente.

Um outro problema que eu queria trazer aqui, que é um problema caricato e que atinge inclusivamente o Presidente da Câmara. É o problema de um senhor que é um ex-director executivo da Filarmonia das Beiras e actual adjunto do Senhor Presidente da Câmara de Aveiro. É um senhor, que como sabem, foi despedido em Outubro de 2004 da Filarmonia das Beiras, recebeu as respectivas indemnizações, e entretanto, meteu um processo no Tribunal do Trabalho de Aveiro contra a Filarmonia das Beiras, que a Câmara de Aveiro ajudou a renascer, para ser reintegrado. É de facto, no meu entender, uma situação muito caricata: - um adjunto do Presidente da Câmara ter uma acção em Tribunal, contra um projecto acarinhado pela própria Câmara.

Senhor Presidente, para que não venha alguém de fora e saiba disto, e nós sejamos ai gozados num sítio qualquer, eu ia-lhe pedir para o Senhor tentar resolver isso, de forma como o Senhor sabe resolver, e já agora quando estiver lá com o seu adjunto, diga-lhe para ele devolver o dinheirinho que se comprometeu aqui perante todos nós a devolver.

Antes de umas questões finais que gostaria de pôr sobre como é que estão a ser resolvidos os problemas com os lojistas do mercado Manuel Firmino, e depois de agradecer as palavras amáveis (que eu não mereço), do deputado Rocha Almeida, eu gostaria de falar de um acordo de parceria ou de um protocolo, mas penso que é um acordo de parceria, que é o nome concreto que a Câmara celebrou com a empresa HM, para que esta possa ser uma interlocutora privilegiada dos projectos PITER de Turismo que venham de facto a ser realizados por entidades privadas, empresas, que os queiram fazer no concelho de Aveiro!?

E eu gostaria de dizer uma coisa e não quero aprofundar mais do que isso. Conheço muito bem o Humberto, fui colega de escola primária dele, acompanhei o percurso dele até hoje, colega de universidade, colega de liceu..., sei que ele é um apoiante e amigo do Senhor Presidente da Câmara.

Mas Senhor Presidente da Câmara (como diria o nosso amigo padre da televisão) - será que havia mesmo “nexusidade”?

Espero que a Câmara esteja aberta, como penso que está, a que mais pessoas, mesmo mais empresas locais, que me têm mandado uma série de mails, porque são meus colegas e não

sei quantas mais, porque há outras empresas de consultadoria em Aveiro, que também possam fazer o mesmo protocolo. E não é no âmbito de outros processos, é no âmbito também de outros processos PITER.”

Vogal João Pedroso (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Voltamos à questão do 25 de Abril e voltando a esta questão, é bom lembrar que o primeiro “D” do 25 de Abril era a Democracia. Mas para mim, para o meu entendimento de Democracia, isto não basta. Para haver Democracia, é necessário aumentar a participação, é necessário haver qualidade nessa participação. É preciso que todos saibam quais são os seus direitos e quais são os seus deveres.

E para que isso exista, é necessário que o Poder Público, Central, Autárquico, o Poder decorrente das organizações, da sociedade, permitam e criem aquilo que se chama, os mecanismos - e falo de uma área em que trabalho, de acesso ao Direito e à Justiça.

Aveiro — Concelho da Liberdade, é um dos concelhos mais atrasados do país nesta matéria. Não tem um gabinete de consulta jurídica. E cabe à Câmara desenvolver os meios (não sozinha), mas cabe à Câmara desenvolver os meios para que esse gabinete exista como existe na quase totalidade dos municípios portugueses.

Sendo assim, espero, como forma de aprofundar o “D” de democracia do 25 de Abril, como cabe à oposição ajudar a Câmara a governar melhor, aqui fica o meu apelo à imaginação política, que não é difícil, não custa muito dinheiro, estará a Ordem dos Advogados cuja representante não está aqui muito longe disponível para trabalhar; haverá voluntários.

Que se crie em Aveiro um gabinete de consultoria jurídica, mas não só: os estudos da sociologia do direito demonstram há muitos anos, que há muitos conflitos das classes sociais mais vulneráveis que não chegam aos advogados e nunca chegaram aos tribunais.

E temos já em Portugal dois exemplos de justiça de proximidade, que resolvem conflitos que nunca seriam resolvidos de outro modo, são como sabemos, centros de conflitos de consumo, que muitas câmaras do país, em associação com as associações de consumidores, com as associações de comerciantes, já promoveram, e são os Julgados de Paz.

Não percebo, e o concelho de Aveiro não pode ficar para trás nessa matéria, e sendo assim, a forma de comemorar Abril é com certeza, que a Câmara seja um interventor político no sentido de promover essas iniciativas.

Por último, Senhora Presidente, é com pena que a esta hora da noite lhe digo, que a política não se resolve, nem se esgota em formalismos, e por isso eu fico triste que a minha Presidente da Assembleia Municipal, me venha aqui dizer que “esteve à espera que os membros dos vários partidos lhe propusessem uma sessão”. Cabe à Presidente da Assembleia concertar, fazer o trabalho político de que esse evento resultasse. Por isso, a mim, individualmente, não me convence a desculpa de que “ninguém propôs”, porque eu também não teria que vir propor à Câmara estas iniciativas, e fico muito contente que possa vir aqui dizer, daqui a um ano ou dois, que a Câmara as fez.

Por Abril é necessário que isto se faça! Por Abril é necessário que a Presidente da Assembleia Municipal de Aveiro, no próximo ano, não fique à espera das iniciativas dos grupos parlamentares.”

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS)

Vogal Paulo Maia (PPD/PSD)

Vogal Arsélio Martins (BE)

De seguida, a Presidente da Mesa colocou à votação nos termos regimentais, a continuação dos trabalhos para além da meia noite, sendo o mesmo aprovado por unanimidade.

Vogal Carlos Anileiro (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Gostaria de fazer algumas pequenas notas que dizem respeito à minha situação pessoal aqui nesta câmara e também enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Eixo.

Já muito aqui se falou do 25 de Abril e eu não vou dar nenhum contributo à matéria. Vou só apenas citar duas questões que se verificam neste país e para as quais eu gostaria de ter resposta: porque raio é que nós ocupamos, 32 anos depois, quase todos os últimos lugares dos índices de progresso da Europa? Porque será?

Porque será que há legislação que permite (eu vou ser muito claro e vou dizer os números aproximados) que me sente na Junta de Freguesia de Eixo numa cadeira fornecida pela Câmara Municipal de Aveiro em 2001, que custou cento e sessenta e três contos, quando eu me podia sentar numa cadeira que custava à Junta apenas quarenta contos? (falando na moeda da época).

Seria preferível que houvesse mecanismos e legislação que permitisse atribuir uma delegação de competências à minha Junta de Freguesia para nós comprarmos mobiliário para equiparmos aquele edifício, que custaria um terço do que custou à Câmara.

Foi exactamente numa sessão do 25 de Abril que eu tomei assento neste lugar onde estou e sobre esta questão queria pedir à Câmara Municipal, ao serviços da câmara ou até eventualmente ao Vereador Capão Filipe, que é quem diz por onde se entra e por onde não se entra nesta sala, que arranjasse condições de alojar os meus vizinhos aqui de trás, que muitas vezes não me deixam tomar a devida atenção aos trabalhos (hoje por acaso até se estão a portar anormalmente bem), com conversas, com risotas, contactos laterais mais ou menos ruidosos, estende gravador, põe gravador, estica cabo, afina a gravação, com licença ou sem licença... é demais!? Há dois anos nisto é demais. Eu peço à Câmara que arranje por favor uma solução para alojar os senhores jornalistas para que exerçam o seu trabalho com conforto e que não perturbem a câmara nomeadamente os seus vizinhos mais próximos. Transitoriamente, eu estava capaz de pedir à Câmara que os transferisse para a extrema esquerda da Mesa onde têm condições idênticas para poder trabalhar e libertavam-me assim durante algum tempo.

Continuando na imprensa, e agora sendo concreto, tivemos a sessão pública de Câmara no dia vinte e sete de Março, na minha freguesia, à qual eu vou-me já referir, mas nos ecos dessa sessão de Câmara, uns dias depois, fez-se algumas reportagens sobre o que teria acontecido naquela freguesia e eu vou dizer com rigor: o Diário de Aveiro nas “verdadinhas” do dia trinta e um do três, publicou um artigo numa página que eu reputo “da chacota” sobre um armário que foi posto numa janela, numa porta de saída, que praticamente não é usada. E foi ali posto porque a Junta de Freguesia de Eixo quis agradar à Câmara e quis receber quer a Câmara, quer os senhores jornalistas que lá estiveram, mas esta foto foi tirada num dia excepcional, não é normal estar ali aquele armário. De qualquer maneira também quero esclarecer que o sitio onde estava o armário não inviabilizava a saída da sala - ainda que fosse por razões de emergência, porque havia duas portas de saída e três janelas por onde os mais velhos poderiam saltar - felizmente que assim não foi. Entendo que o humorista do fotógrafo, o engraçado do editor e o divertido do director, não tivesse perguntado a quem os recebeu por que razão é que estaria ali o raio do armário (?), ou o que é que aquele armário tinha ou não tinha (?), e se podia ser removido ou não podia (?); porque nós esclarecíamos o jornalista que aquele armário está vazio porque no equipamento da Junta de Freguesia de Eixo, que foi inaugurada à força em um de Julho de dois mil e um, a Câmara esqueceu-se de pôr a competente aparelhagem de som — de resto, desde esse dia, há coisas por acabar naquele edifício, nem mais um prego foi pregado.

Sobre a sessão pública que a Câmara Municipal promoveu nesse dia na minha freguesia, de acordo com promessa eleitoral de Outubro e que em nossa opinião se traduz efectivamente

numa reaproximação da Câmara às Juntas de Freguesia, quero-me congratular pela forma satisfatória pela forma como a Junta de Freguesia e o povo de Eixo recebeu a Câmara. Com hospitalidade que aliás contou uma notificação por parte do Senhor Presidente da Câmara que teve o favor dos nos notificar e agradecer (e penso que todos os vereadores ficaram satisfeitos) sobre a forma como decorreram os trabalhos. Mais à frente vou-me referir sobre as más notícias que tivemos nesse dia.

Quero ainda deixar uma nota política sobre o que se passou nessa sessão da Câmara Municipal de Aveiro. Referia-me eu, em acto de boas-vindas à Câmara, a um facto histórico desde as autarquias que resultaram desde o 25 de Abril, de pela primeira vez na minha freguesia haver uma Junta e uma Câmara da mesma cor política. E quem fala em cor política fala em peso político.

Sucedem que o Senhor Vereador Nuno Marques Pereira ficou muito zangado com esta afirmação, de um facto de nós considerarmos notável em poder haver uma aproximação simpática entre a junta de freguesia e a câmara municipal.

O Senhor Vereador Marques Pereira, disse na altura, e penso que não há unanimidade entre ele e o grupo parlamentar que se senta nesta bancada da mesma cor política, porque afinal sempre parece que há peso político e há cores que podem movimentar coisas; dizia o senhor vereador e eu cito: “que tem de haver um critério de isenção, pois todos têm de ser beneficiados por igual e espero que a freguesia de Eixo seja beneficiada por causa disso. Se for, é mau para Eixo e é mau para a Câmara e para o concelho que tem que crescer a uma só velocidade.” Eixo nos últimos oito anos não andou à mesma velocidade — parece que até andou de marcha-atrás!?

Eu vou explicar aqui à Câmara e vou citar casos concretos, em como a cor política teve influencia e prejudicou a freguesia de Eixo. Esta freguesia teve muitos desencontros com o progresso. E queria dizer e citar a título de exemplo e pelos mais recentes (e posso documentar o que aqui digo) não havia pavé para a Junta de freguesia de Eixo, mas víamos passar para leste (não sei porque raio de que cor) camiões de pavé!”. Fomos até gozados, porque diziam: é pá, vocês não têm pavé, mas nós vimo-lo passar ai todo o dia – para onde ele ia eu não vou dizer.

Ainda falando de pavé; não havia pavé. Mas fomos contactados por um fornecedor - e digo claramente para quem, foi ao Grupo Desportivo Eixense — sabe-se lá porque cor!? Não havia para a freguesia, mas havia para o alindamento do campo de futebol.

Porque raio de razão é que o asfaltamento da Viela do Canto em Eixo, foi feita em determinada altura e outras empreitadas ficaram para trás? Aliás, ainda hoje estão por fazer.

Soube muito recentemente que uma obra muito pedida para Eixo - a requalificação do Largo da Feira de Eixo, que permitia libertar a Câmara de encargos porque permitiria que a Junta tivesse melhores receitas, soube muito recentemente que esta obra também por razões naturalmente de “cor” foi uma obra que foi começada em Dezembro de dois mil e um e foi logo parada e atravessaram-se quatro anos e a obra está na mesma.

Será também por razões de cor ou peso político, que não se actuou exemplarmente sobre o chamado “Portugal dos Pequenitos” construído na Vala de Azurva?

Será que não se actuou também por razões de cor política, sobre a ocupação de um caminho municipal na Zona Industrial de Eixo?

Será que foi por razões de cor política que não se actuou sobre a exploração desenfreada e desordenada de inertes na Zona do Picôto, na Quinta Velha, tudo áreas da freguesia de Eixo?

Uma última nota e peço desculpa à Senhora Presidente, para deixar um apontamento curioso. Está em funcionamento sem qualquer inauguração, e ainda bem, o arruamento numero quatro do Parque Desportivo de Aveiro. Pouco mais é, do que uma pequena viela da

velha vila de Eixo. Felizmente que não houve inauguração. Se houver uma viatura que ali avarie ela não pode ser ultrapassada porque o traço contínuo não permite que a manobra seja feita!? E fiquei surpreendido, também, por saber que aquele projecto nem sequer foi feito na Câmara. Foi um projecto encomendado num gabinete sabe-se lá a que custos. Ficámos muito tristes por saber que o Eixo Estruturante afinal já não vai como também sabemos que há bloqueios na tão falada Pista do Rio Novo do Príncipe. Portanto, em termos de cor, de peso político, não se pode atirar pedras ao ar porque elas nos podem tombar se nós temos telhados de vidro.”

(Saíram da sala os vogais, António Ildebrando Nunes Costeira, Carlos Manuel Natividade da Costa Candal e Arsélio Almeida Martins)

Da Câmara Municipal

Vereador Marques Pereira - Nos termos do n.º 5 do artigo 25.º do Regimento, requereu a defesa da honra:

“Relativamente às referências do senhor Presidente da Junta de Eixo, nós estivemos todos nessa Junta e a Câmara em boa altura se deslocou à Junta de Eixo e está a fazer esse périplo pelas freguesias — foi uma iniciativa que nós acolhemos na Câmara e isso é confirmado.

E foi com gosto que fomos a Eixo.

A referência que faz é verdadeira. Já não discuto os termos em que a colocou. Fica à consideração de quem ouviu a sua alocução, mas ainda assim gostaria de dizer o seguinte: a referencia que eu fiz e notei e fiz essa crítica, é que não me parece bem que um Presidente de Junta ou um autarca eleito, entenda que deve haver benefício para a freguesia pelo facto (e as palavras são suas) de “haver a mesma cor política na junta e no executivo municipal.”

Era difícil também não acertar porque o executivo municipal tem três partidos se quiser: o CDS, o PSD, e o Presidente Élio Maia, que não é de partido nenhum — não era difícil acertar! Mas de qualquer maneira aquilo que me parece grave, é nesta altura em que discutimos a liberdade e a justiça, não me parece haver justiça nenhuma que tenha que se justificar que um executivo municipal beneficie esta ou aquela junta por a cor ser a mesma.

Eu conto que o executivo municipal, da câmara de Aveiro e de todos os executivos municipais deste país, beneficiem as juntas de acordo com as possibilidades que têm, atendendo às expectativas da população, sejam as juntas do PS, do PSD, do CDS, do PC ou eventualmente do BE. E foi isto que eu disse.

As suas referências, eventualmente não as deveria ter aqui reproduzido. E recorde-lhe e passo a imodéstia, que inclusivamente essas minhas palavras (e foi inédito) mereceram palmas nessa assembleia da Junta de Freguesia.”

Membros da Assembleia

Vogal Maria Romana Fragateiro (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Ex.ma Senhora Presidente. Ex.mos Senhores deputados.

Começo esta minha intervenção por cumprimentar todos os órgãos presentes desta Assembleia.

Este cumprimento é extensivo às senhoras e senhores jornalistas que têm a nobre função de relatar aos nossos concidadãos em geral e aos nossos municípios em particular, o modo e a maneira com estes órgãos autárquicos zelam e gerem os seus interesses.

Cumprimento também o público presente que manifesta uma preocupação acrescida e uma chamada de atenção a todos nós do quanto importante é a vida da nossa cidade e do nosso concelho.

Entro agora directamente nos assuntos que me levaram a intervir.

Não podemos deixar de fazer alusão à visita do Executivo Camarário à Freguesia de Esgueira no dia dez do corrente mês.

Foi com agrado que a Junta de Freguesia de Esgueira acolheu no seu seio, o Executivo da Câmara Municipal de Aveiro. Pensamos que esta iniciativa, contribuiu para mostrar as grandes carências e dificuldades com que esta Junta se vem debatendo dia a dia, para corresponder às muitas solicitações dos nossos munícipes e trocar ideias, para em conjunto resolvermos algumas situações, uma vez que o contacto directo com os problemas torna mais fácil a sua resolução. Deu também oportunidade aos munícipes de exporem os seus problemas.

Independentemente das opções políticas, o que nos move é o interesse colectivo, a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e o progresso da nossa freguesia. Aqueles que em nós depositaram a sua confiança esperam que façamos o nosso melhor e que do confronto das nossas opiniões resultem as melhores opções.

O outro assunto que gostaríamos de trazer aqui é um problema que nos preocupa bastante assim como a todos os esgueirenses - O CENTRO DE SAÚDE. Como é do conhecimento de todos, a Unidade de Saúde de Esgueira encontra-se na sede da Junta há vários anos. De uma situação provisória passou talvez a definitiva.

Fomos confrontados há algum tempo, com a intenção de colocar lavatórios nos consultórios e sala de enfermagem, sendo para isso fazer os respectivos esgotos, contrariando anteriores pareceres técnicos dadas as características do edifício.

De qualquer modo, as alterações propostas vão corresponder a uma gota do imenso mar de deficiências, de insuficiências e de barreiras, a uma prestação de cuidados de saúde condigna.

Nem só os utentes sofrem com esta situação, também os profissionais que lá trabalham, estão condicionados na qualidade dos seus serviços que prestam e se sentem desmotivados.

Mesmo do ponto de vista legal, pensamos que as instalações da Unidade de Saúde de Esgueira não cumprem os requisitos mínimos; a solução não pode passar pelo remedeio, que mais uma vez frustrará as expectativas dos esgueirenses, a terem uma unidade de saúde condigna e dimensionada correctamente ao seu universo populacional.

Muitos dos habitantes da nossa freguesia estão inscritos no centro de saúde de Aveiro, por não haver médicos suficientes devido à falta de instalações. As circunstâncias são adversas, mas pior que a diversidade é a designação. Por isso, não nos cansaremos de lutar por este direito da nossa freguesia.

Já manifestámos o nosso descontentamento junto da Sub-região de Saúde de Aveiro, e iremos até onde for necessário para que este objectivo seja concretizado.

Antes de finalizar, gostaríamos de dar os parabéns às equipas de iniciados masculinos, e cadetes femininos do Clube Povo de Esgueira, que no décimo terceiro torneio internacional de basquetebol, conquistaram os troféus referentes aos seus escalões.”

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD)

E

Vogal Raul Martins (PS)

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)

Vogal Vítor Martins (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Quería felicitar a equipa da AveiroExpo, e o executivo camarário pela forma como foi organizada a Feira de Março e a este nível realçar o espectáculo no dia 24 de Abril, que trouxe milhares de pessoas à nossa cidade e foi de facto um êxito que ainda se tornou mais expressivo pela boa gestão das verbas envolvidas.

Senhor Presidente, são acções como esta que importa promover sempre de uma forma ponderada e justificada.

Aveiro precisa de ter mais vida e tanto se tem falado em revolução, e eu que ando nisto há vinte anos, acho que houve uma revolução, e esse 25 de Abril nestes seis meses deu-se na relação entre a Câmara (e que eu estava habituado) e que foi interrompido durante oito anos. E portanto, a relação que tem havido entre a câmara municipal e o executivo e até os técnicos, a liberdade, a abertura que tem havido com todas as juntas acho eu, todos os colegas comentam, com qualquer vereador disponível para o atendimento, nas reuniões que temos feito - que foram interrompidas há oito anos, acho que só houve duas e que todos os meses tem-se realizado freguesia a freguesia, das visitas que a Câmara tem realizado através das reuniões de câmara, ouvindo não só as Juntas, bem como a população.

Senhor Presidente, o Senhor deu mais crédito às Juntas.

Senhor Presidente, acho que é desta forma que todos nós podemos trabalhar em prole de um concelho e daqui a quatro anos termos a consciência que todos nós fizemos tudo, mas tudo, por Aveiro.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara – para os esclarecimentos atinentes.

Não se verificando mais intervenções a Presidente da Mesa colocou à votação do plenários os diferentes Votos apresentados à Mesa no decorrer dos trabalhos:

Voto de Pesar apresentado pelo Vogal Carlos Candal, foi o mesmo aprovado por unanimidade.

Voto de Louvor apresentado pelo Vogal Paulo Maia, foi o mesmo aprovado por unanimidade.

Voto de Louvor apresentado pelo Vogal Fernando Marques, foi o mesmo aprovado por unanimidade.

Voto de Pesar apresentado pela Bancada do CDS/PP, foi o mesmo aprovado por unanimidade.

Dado o adiantado da hora, a Presidente da Mesa deu por encerrada a primeira reunião desta Sessão Ordinária de Abril, informando que a próxima reunião que será no dia 04 de Maio (5.^a feira) pelas 20:30 horas.

Eram 01:30 horas do dia 29 de Abril de 2006.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal destacado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(4:30)